



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 63/2020
PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO N.º 01/2020**

RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:		Nº:	
BAIRRO		Município	
CEP:		UF:	
CNPJ:		IE:	
ATIV. PRINCIPAL:			
TELEFONE			
E-MAIL:			

Acusamos o recebimento, na íntegra, através de acesso a página: <http://www.riqueza.sc.gov.br>, o edital de PROCESSO LICITATÓRIO N.º 63/2020, PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO N.º 01/2020.

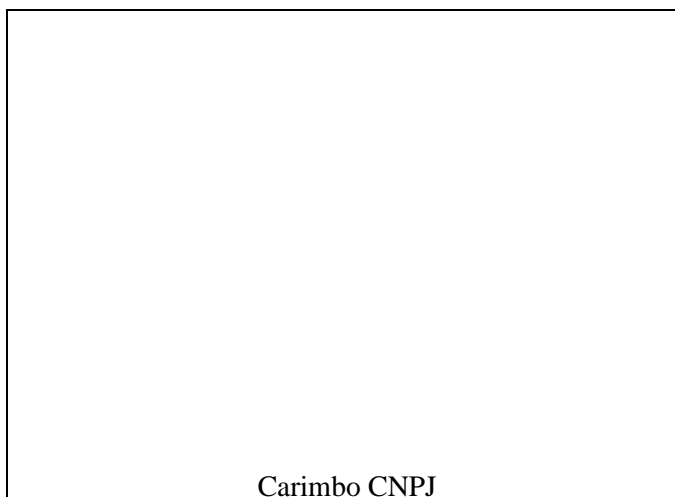
Local, de de 2020.

Identificação responsável pela retirada do edital:

Nome: _____ Assinatura: _____

Documento:

RG CPF N.º: _____



Carimbo CNPJ

Em caso de retirada do edital pela internet no site da prefeitura é condição participação no certame, o envio protocolo de retirada do edital com antecedência mínima de 1 (um) dia útil à data de abertura da licitação preenchido, assinado e escaneado para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. **Renaldo Mueller**, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS**, pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO, Exclusivo ME/EPP/MEI**, em conformidade com que determina a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, e por este Edital, destinado à aquisição de serviço de transporte coletivo de passageiros, conforme descrito no objeto do presente edital.

1.1 NÃO HAVENDO NO MÍNIMO 3 (TRÊS) LICITANTE QUE SE ENQUADRE COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, será aberta para as demais licitantes interessadas a participação do Certame Licitatório.

1.2 Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado **09:00 horas do dia 06 de fevereiro de 2020**, o qual deverá ser entregue na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Riqueza (SC).

1.3 O início da abertura dos envelopes ocorrerá **às 09:10 horas**, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

2. OBJETO

2.1 O **Registro de Preços** objetiva a eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços, sob demanda, para realização de serviços de transporte coletivo de passageiros, intermunicipal e interestadual, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos abaixo:

Item	Unid	Descrição do Objeto	Quant	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo total
01	km	transporte - ônibus com no mínimo 40 lugares com bagageiro, sanitário e ar-condicionado - serviços de transporte intermunicipal e interestadual de atletas e comissões para participação em competições esportivas, grupos folclóricos e culturais, educandos para visitas técnicas e intercâmbios, grupos de "idosos", equipes "técnicas" para visitação de feiras e exposições , para transporte de passageiros quando estes representarem o município de Riqueza em eventos oficiais - veículo com capacidade igual ou superior a 40 (quarenta) lugares - com previsão de execução anual de 5.000 km.	5.000	5,30	26.500,00
02	km	transporte - ônibus/van com no mínimo 14 lugares e ar-condicionado - serviços de transporte intermunicipal e interestadual de atletas e comissões para participação em competições esportivas, grupos folclóricos e culturais, educandos para visitas técnicas e intercâmbios, grupos de "idosos", equipes "técnicas" para visitação de feiras e exposições e demais transporte de passageiros quando estes representarem o município de Riqueza em eventos oficiais - veículo com capacidade superior a 14 (quatorze) lugares - com previsão de execução anual de 4.000 km.	4.000	4,53	18.120,00

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

TOTAL	44.620,00
--------------	-----------

2.2 As quantidades expressas no Anexo I são estimativas e representam a previsão do Órgão Participante pelo prazo de 12 (doze) meses, todavia, o Sistema de Registro de Preço não obriga a aquisição da quantidade registrada, as quais serão adquiridas de acordo com a necessidade e conveniência do Município/órgão participante mediante a expedição de ordem de serviço/nota de empenho

2.3 O pagamento será de acordo com a quantidade dos serviços realizados.

2.4 Os serviços deverão ser prestados nos locais estabelecidos, agendados e informados pelo município no decorrer do período de vigência da ata de registro de preços, as despesas com deslocamento e demais despesas e encargos deverão estar inclusas no valor cotado;

2.5 Os serviços deverão ser de primeira qualidade e a realização será de forma parcelada e continuada, de acordo com a solicitação prévia do município de Riqueza, através de requisições e ou solicitações;

2.6 O Município de Riqueza não estará obrigado a adquirir a quantidade total estimada, podendo a aquisição ser integral, parcial ou mesmo não ocorrer na forma prevista no subitem

2.7 Para efeitos de julgamento será considerada vencedora, a proponente que ofertar o Menor preço unitário.

3. DA RETIRADA DO EDITAL:

3.1 Far-se-á de segunda a sextas-feiras, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:00 horas, no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Riqueza, sita à Rua João Mari, 55, na cidade de Riqueza, SC ou através da página: <http://www.riqueza.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/9107> em qualquer horário;;

3.2 As demais informações e esclarecimentos adicionais sobre o presente processo licitatório, poderão ser solicitados por qualquer pessoa até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

3.2.1 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser formalizados e protocolizados no Departamento de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura Municipal de Riqueza no endereço indicado no item 2.1, dirigido ao Pregoeiro Sr. André Dorigon ou Sr. Dirce Heinsohn.

4 - DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

4.1 A convocação dos interessados dar-se-á através da publicação de aviso em órgão de imprensa oficial e quadro de avisos oficial.

4.2 A sessão pública de realização do Pregão Presencial será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, através da Portaria Municipal;

4.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública;

4.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões;

4.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrerem de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar, junto ao Pregoeiro, os respectivos representantes legais com poderes para praticar estes atos, podendo utilizar o modelo de credenciamento em anexo (Anexo II);



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

4.6 Caso o proponente apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer ao Pregoeiro um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Contrato Social da empresa ou outro equivalente;

4.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Contrato Social ou equivalente, este deverá apresentar o Contrato Social ou equivalente juntamente com a procuração, **com firma reconhecida em Cartório**, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão Presencial, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos, etc.;

4.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

4.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública, ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos a presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa;

4.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e, entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no Anexo III.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta licitação quaisquer interessados cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação e que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital.

5.2.1 A verificação da compatibilidade do objeto da contratação com a atividade da licitante dar-se-á na fase de Habilitação.

5.2 Em caso de retirada do edital pela internet no site da prefeitura é condição para participação no certame, o envio protocolo de retirada do edital com antecedência mínima de 1 (um) dia útil à data de abertura da licitação preenchido, assinado e escaneado para o e-mail: licitação@riqueza.sc.gov.br.

5.3 É condição para a participação na presente licitação, ainda, a apresentação pelas licitantes, até a data, horário e no local indicado no presente Instrumento Convocatório, dos envelopes de **PROPOSTA DE PREÇO (envelopes nº 01)** e **DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO (envelope nº 02)**, separados, não transparentes e lacrados que serão identificados da seguinte forma:

**A) ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 63/2020**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA – SC

PROPONENTE: (Razão social/Nome)

CNPJ/CPF:

**B) ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 63/2020**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA – SC

PROPONENTE: (Razão social/Nome)

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC.

CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48

Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



CNPJ/CPF:

5.4 Para o caso da indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes, ou mesmo inversão dos envelopes (proposta no envelope de documentação ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo;

5.5 Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital, sendo de responsabilidade da proponente a observação das datas e os horários limites previstos para o recebimento e abertura das propostas, assim como estar atento à data e ao horário de início da disputa, estabelecidos neste Edital e no Aviso de Licitação;

5.6 Os envelopes da proposta e da habilitação deverão ser entregues até a data, horário e local mencionados no Item 1.1, juntamente com a Declaração de que o licitante cumpre com os requisitos da habilitação e o Credenciamento.

5.7 Não poderão participar do presente processo licitatório:

- a) proponentes em regime de consórcio;
- b) cumprindo penalidade de suspensão temporária ou penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- c) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) com falência decretada ou concordatária;
- e) pertencentes ao mesmo grupo econômico, de direito ou de fato no último caso assim consideradas as que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, ou que estejam sujeitas ao mesmo controle societário;
- f) possuírem em seu ato constitutivo finalidade incompatível com o objeto deste Pregão;

5.7 A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1 A proposta contida no envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) emitida por computador ou datilografada, de preferência, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável da empresa.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame, ou CPF e nome completo quando tratar-se de pessoa física.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do objeto, podendo usar o modelo do anexo I, constando o valor, em moeda corrente nacional, em algarismos – até duas casas após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

c.1. Em caso de divergência entre os preços unitários, preço total e por extenso, serão levados em consideração os primeiros.

c.2. Declaração de que no preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.



d) Conter prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados da data de encerramento (homologação) da licitação.

e) Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

f) Para a empresa se enquadrar e usufruir dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/06, microempresas, empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples ou empresário, conforme artigo 966 da lei nº 10.406/02, a mesma deverá apresentar (fora dos envelopes) certidão emitida na junta comercial do estado onde a empresa está estabelecida ou no registro civil de pessoa jurídica.

6.2 Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas **conforme o modelo constante do ANEXO I**, do presente edital.

7 - DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO

7.1 Para procederem à habilitação, os interessados deverão apresentar no **ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**, os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1 Habilitação Jurídica (**caso não tenha sido apresentada no credenciamento**):

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de empresário.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, todos traduzidos por tradutor juramentado.

REGULARIDADE FISCAL:

7.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos e contribuições federais);

7.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Domicílio ou sede do proponente;

7.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente;

7.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.6 Prova de regularidade com a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.2.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.2.8 Certidão Negativa de Falência ou Concordata de sua sede. Para as empresas com sede no Estado de Santa Catarina será obrigatório apresentar as certidões emitidas pelo sistema eproc do Poder Judiciário de Santa Catarina e pelo sistema SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

7.2.9 Alvará municipal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.2.10 OBS: Quanto à exigência de qualificação técnica em processo licitatório na Administração Pública, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio da Súmula nº 263/11, se posicionou da seguinte forma:

“SÚMULA Nº 263/2011: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com



características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”.

a) – Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, serviços de natureza semelhante ao objeto do presente Edital, através de apresentação de no mínimo 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica** compatíveis com o item cotado pela licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público, devidamente assinado pelo responsável, com nome legível e carimbo.

b) Outras Comprovações - Apresentáveis no ato da Assinatura do Contrato:

i. - Cópia do Certificado de Registro do veículo de passageiros – CRLV, com o qual pretendem prestar o serviço, comprovando a disponibilidade do veículo (O veículo deverá estar em nome da empresa, ou, a empresa deverá ter um contrato de locação do veículo em seu nome);

ii. - O Certificado de Vistoria do Veículo expedido pelo DETER;

iii. - Comprovação de que o veículo possui Registrador de velocidade e tempo (tacógrafo);

iv. - Comprovação da apólice de seguro R.C.O. (Responsabilidade Civil Obrigatório) com seu respectivo comprovante de pagamento no valor de no mínimo R\$ 1.539.804,00 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e quatro reais) conforme determinação do DETER/RESOLUÇÃO Nº 001/2016;

v. - Declaração de que o veículo apresenta e cumpre todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro: lanternas, cintos de segurança individuais, extintor de incêndio;

vi. - Comprovação de que os condutores tenham idade superior a vinte e um anos;

vii. - Comprovação de que os condutores são habilitados na categoria D;

viii. - Apresentar comprovação de que os condutores possuem curso “transporte coletivo de passageiros;

ix. - Comprovação de que os motoristas dos veículos de transporte de passageiros estejam devidamente registrados como funcionários da empresa com registro em Carteira de Trabalho, ou seja o proprietário da empresa.

7.2.10 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados no item 7.1 deverão estar:

7.2.11 – Em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo:

OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.2.12 Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 70 da Constituição Federal, ou seja, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (conforme o Anexo IV).

7.2.13 Declaração de idoneidade (conforme o Anexo V).

7.2.14 Declaração de inexistência de servidor público deste Município em seu quadro societário (modelo anexo VI);

7.3 Os documentos de habilitação ou credenciamento deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por funcionário do Setor de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Riqueza, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

7.4 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro.



8 – DAS FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

8.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

8.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo dos participantes, o documento para credenciamento (Anexo II), a declaração prevista no Anexo III, a declaração de que trata a alínea "f" do item 6.1 (separada dos envelopes) e os envelopes de proposta e habilitação.

8.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

8.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

8.2.1 Encerrada a fase de credenciamento, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, com a finalidade de verificar se as mesmas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

8.2.2 Serão classificadas, para a fase dos lances verbais, as proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor valor.

8.2.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.2.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor até a proclamação do vencedor.

8.2.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.2.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.2.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.2.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.2.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

8.2.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.3 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.4 Durante a etapa de lances verbais, o Pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

8.5 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará:

8.5.1 Se houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso em que, não sendo desta a melhor oferta, deverá se verificar o seguinte procedimento:

a) Havendo empate fictício, ou seja, se a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, for até 5% (cinco por cento) superior a de menor preço, deverá ser assegurada a esta a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos do encerramento dos lances, na forma do art. 45 da Lei Complementar 123/06;



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

b) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo de empate fictício, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

c) Não ocorrendo a contratação na forma da alínea “a”, serão convocadas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate fictício, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) Na hipótese da não contratação na forma das alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preços melhores.

8.7 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

8.7.1 Encerrada a fase de julgamento das propostas o Pregoeiro procederá à abertura do envelope n.º 02, contendo os documentos de habilitação, dos licitantes que apresentaram as melhores propostas, observando-se os seguintes casos:

8.7.1.1 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, desde que comprovadas na fase de julgamento das propostas, poderão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terão prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7.1.2 A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

8.7.2 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.7.3 Encerrado o julgamento das habilitações e Constatada a conformidade da documentação, conforme exigências impostas pelo edital, o pregoeiro, sem que haja interposição de recurso ou fato previsto na Lei Complementar 123/06, declara as empresas vencedoras, sendo adjudicados os objetos.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Os recursos somente serão recebidos após a fase de habilitação quando for declarado o vencedor, momento que qualquer licitante poderá manifestar, imediatamente e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso (memoriais), ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista aos autos.

9.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

9.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

administrativo e conseqüentemente adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, aos vencedores.

9.5 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

9.6 Caso o recurso seja julgado improcedente, caberá ao Prefeito Municipal efetuar a adjudicação à licitante vencedora.

9.7 Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

9.8 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

9.9 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

10 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 No julgamento dos documentos observar-se-á as previsões legais previstas no presente edital, sendo inabilitadas as empresas que apresentarem documentação fora do prazo de validade, salvo disposto na Lei Complementar 123/06, ou deixarem de apresentar qualquer documento exigido neste Edital;

10.2 As propostas serão classificadas conforme o critério do menor preço unitário licitado, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerada vencedora do objeto a licitante que apresentar ou ofertar lance, como sendo o de menor preço, e ainda, estiver com sua documentação válida, salvo disposto na Lei Complementar 123/06, e satisfazendo os termos deste Edital e Anexos;

10.3 Não será motivo de desclassificação, se a licitante não informar em sua proposta, telefone, dados bancários, dados do representante legal ou os prazos, devendo o (a) Pregoeiro Oficial solicitar ao representante legal do interessado a complementação das informações;

10.4 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que a licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital;

10.5 O Pregoeiro Oficial, verificando a necessidade de maiores informações, no que pertinente à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal n.º. 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências;

10.6 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio ou Pregoeiro, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistoriados pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiada às mesmas a data para prosseguimento do certame;

10.7 O Pregoeiro Oficial poderá desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de acostamento de novo(s) documento(s), salvo disposto na Lei Complementar 123/06, tanto na fase de habilitação, como na de análise das propostas de preços.

11 – DOS PREÇOS



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

11.1 Os preços serão considerados no valor do item licitado, expressos em moeda corrente, devendo especificar o valor unitário de cada item, declarando-se vencedor o proponente que ofertar o menor preço unitário;

11.2 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero) ou excessivos, sendo entendido como excessivos os que forem superiores ao preço médio daqueles praticados pelo mercado, ou aqueles considerados inexequíveis na forma da lei.

11.3 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e com duas casas após a vírgula.

12 - DO REAJUSTE

12.1 Os preços dos serviços apresentados nas propostas não serão reajustados;

12.2 Os preços inicialmente cotados são fixos e irremovíveis, podendo ser objeto de revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de prestação dos serviços, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada, nos termos da legislação vigente;

12.3 O reajuste será promovido levando-se em conta apenas o saldo não consumido, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro;

12.4 O reajustamento apenas será efetuado no caso de o Contratante demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.

12.5 A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento devendo, o fornecedor repassar ao município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais;

12.5.1 Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pelo fornecedor ou requeridas pelo município.

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o Licitante vencedor será convocado para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma do Anexo VII, que terá efeito de compromisso de fornecimento, visando a execução do objeto desta licitação; 13.2 O Licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da convocação, para assinar a ATA acima citada, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor durante o transcurso do prazo inicial e desde que ocorra motivo justificado e aceite pelo Município de Riqueza.

13.3 A recusa injustificada em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo estabelecido no subitem 13.2, sujeitará o Licitante vencedor à aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar com o Município de Riqueza, pelo prazo de 12 (doze) meses, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula 20, deste Edital;

13.4 O preço registrado e a razão social do Fornecedor serão publicados no Quadro Mural e ficarão disponibilizados no Departamento de Licitações, Compras e Contratos durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

13.5 O prazo de validade da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS não poderá ser superior a 12 (doze) meses;

13.6 Será admitida a prorrogação da vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos do § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 3.931, de 19.09.2001, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Edital;

13.7 A existência de preço (s) registrado(s) não obriga o Município de Riqueza a efetuar a(s) aquisição (ões) que dele(s) poderá (ão) advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

13.8. A (s) aquisição (ões) obedecerá (ão) à conveniência e às necessidades do Município de Riqueza limitada (s) à(s) quantidade(s) estimada(s) e dentro do período de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (doze meses).

13.9 A(s) aquisição(ões) do(s) serviço(s) discriminado(s) na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou de parte dele, será precedida da emissão, pelo Município de Riqueza, de ORDEM DE SERVIÇOS, que será entregue ao FORNECEDOR que tiver seu preço registrado, na pré citada ATA, para prestação nos locais designado pelo Município de Riqueza através dos órgão competentes.

13.9.1. Na Ordem de Serviços deverão estar discriminados os serviços, as quantidades a serem prestadas e os preços unitários constantes do Registro de Preços.

14 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

14.1 A empresa CONTRATADA deverá estar apta à imediata prestação dos serviços na data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial.

14.2 A prestação dos serviços será realizada a partir da sede ou localidades do Município de Riqueza-SC.

14.3 É facultado à licitante oferecer os veículos descritos com melhores características ou mais acessórios, porém isto não lhe trará vantagens no julgamento de sua proposta comercial, uma vez que esta receberá tratamento idêntico às propostas dos demais licitantes.

14.4 O percurso (quilometragem rodada) será computado a partir da origem até o destino final determinados pelo CONTRATANTE, quando da solicitação do serviço à Contratada.

14.5 Somente serão pagos os serviços solicitados pelo responsável designado pelo órgão/entidade CONTRATANTE, devidamente comprovados em formulário próprio, com o aceite, a identificação e a assinatura do mesmo ou do passageiro designado pelo apontamento dos dados do percurso (ex.: percurso, quilometragem inicial, quilometragem final, datas etc.).

14.6 A Contratante designa como fiscais do contrato os respectivos Secretários e Gestores de cada Departamento ou outro agente público que venha a substituí-lo, para **gerir, acompanhar, controlar e avaliar** a execução contratual, o qual deverá receber o objeto solicitado, mediante competente atestado, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser feito sem ônus à CONTRATANTE.

15. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

15.1.1 Automaticamente:

15.1.1.1 Por decurso de prazo de vigência;

15.1.1.2 Quando não restarem fornecedores registrados;

15.1.1.3 Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

15.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

15.2.1 A pedido, quando:

15.2.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

15.2.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço;

15.2.1.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

penalidades previstas neste Edital, conforme Lei 8666/93, caso não aceitas as razões do pedido.

15.2.2 Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

15.2.2.1 O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido neste Edital;

15.2.2.2 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

15.2.2.3 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

15.2.2.4 O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

15.2.2.5 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

15.2.2.6 Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

15.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 O Pagamento será efetuado em até trinta dias após apresentação de Nota Fiscal, que só será apresentada após a prestação dos serviços atestada pelo Departamento solicitante.

16.2 Se a nota fiscal for apresentada com erro, a mesma será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, reiniciando-se o prazo para pagamento na reapresentação.

17 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do MUNICÍPIO DE RIQUEZA, de acordo com especificações a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	
GABINETE DO PREFEITO	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Fonte de Recurso	Fonte 101 – Recursos Próprios
Fonte de Recurso	Fonte 172 - Recursos Estadual - Infantil
Fonte de Recurso	Fonte 172 –Trans. Estadual - Fundamental
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios – Fundo Assistência Social
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios – Fundo Infância e Adolescência
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios
SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIQUEZA	
Fonte de Recurso	Fonte 102 – Recursos Próprios
Fonte de Recurso	Fonte 164 –Atenção Básica

II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

3.3.90.39.74.00.00 – Fretes e Transportes de Encomendas

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

18.1 A empresa vencedora obriga-se a:



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

- a) Prestar os serviços em estrita observância às disposições contidas no presente edital;
- b) Responsabilizar-se pelas despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando colocados a serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura.
- c) Responder em relação a terceiros, pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei.
- d) Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre a prestação dos serviços;
- e) Prestar os serviços de acordo com as solicitações de cada Departamento;
- f) Executar os serviços nos períodos solicitados, conforme o recebimento da ordem de serviços que se dará por qualquer meio hábil a dar ciência de sua emissão;
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes neste Edital e na Minuta de Ata.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

19.1 Uma vez firmada a contratação, o Município se obriga a:

- a) Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;
- b) Acompanhar e fiscalizar, através de cada Departamento o cumprimento da ata a ser assinada com a(s) proponente(s) vencedora(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da(s) licitante(s) vencedora(s);
- c) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na **Ata de Registro de Preços**, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- d) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevista no item 13.1, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Riqueza/SC, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e demais cominações legais.

20.2 A Contratada que inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará, ainda, sujeita ao pagamento de multa, nos termos previstos no Edital;

20.2.1 O Município de Riqueza poderá aplicar ao Fornecedor multa por inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correspondente a até 20% (vinte por cento) do preço da Ordem Serviços do objeto contratado, descrito no subitem 1.1 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

20.3 Ao Fornecedor total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a execução dos serviços;



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

b) Multa correspondente a 1,0% (um por cento) do preço da Ordem de Serviço, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do preço devido, sem prejuízo das demais sanções previstas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e no presente edital.

c) Multa de acordo com o disposto no subitem 20.2.1 na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, com ou sem prejuízo para a aquisição;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o Município de Riqueza, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para a aquisição.

20.4 A aplicação das penalidades indicadas acima não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei Federal nº 8.666/93.

20.5 No caso de haver procedimentos administrativo instaurado, a proponente participante poderá ser notificada através do endereço eletrônico fornecido para retirada de edital ou via correio com aviso de recebimento

21 DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

21.2 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

21.2.1 Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

21.3 Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d”, inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

21.4 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

21.5 O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens da presente licitação.

21.6 Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

21.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

22 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

22.1 Qualquer cidadão poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão Presencial, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão.

22.1.1. As petições deverão ser dirigidas ao Pregoeiro Oficial, que decidirá no prazo de 1 (um) dia útil, e protocoladas no Departamento de Licitações, Compras e Contratos, no Prédio da Prefeitura Municipal de Riqueza, localizado na Rua João Mari, 55, Centro, Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina;

22.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

22.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra;

23 – DA ACEITABILIDADE DOS SERVIÇOS LICITADOS

23.1 Somente serão aceitos os serviços conforme especificações no presente edital, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e mediante formalização de ordem de SERVIÇO ou instrumento equivalente dentro dos prazos previsto para sua vigência;

23.2 Os pagamentos dos serviços licitados serão efetivados mediante condições expressas no presente edital;

24 – DOS PODERES E FUNÇÕES DO PREGOEIRO

24.1 coordenar o processo licitatório;

24.2 receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável;

24.3 conduzir a sessão pública;

24.4 verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

24.5 dirigir a etapa de lances;

24.6 verificar e julgar as condições de habilitação;

24.7 receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

24.8 indicar o vencedor do Pregão;

24.9 adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

24.10 conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio; e

24.11 encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

24.12 O pregoeiro poderá, ainda, a qualquer momento:

24.12.1 estabelecer parâmetros mínimos para formulação dos lances;

24.12.2 estipular tempo para formulação dos lances;

24.12.3 advertir as proponentes participantes, enfim, praticar todos os atos cabíveis para o bom andamento da sessão.

25 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

25.1 Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.1.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da ATA, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

25.2 A apresentação da proposta de preços corresponderá à indicação por parte do licitante de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio do disposto no art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93;

25.3 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Riqueza/SC, revogá-la no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do Pregão;

25.3.1 O Município de Riqueza/SC poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

25.4 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame;

25.5 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, caso não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pelo Pregoeiro e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame;

25.6 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de licitação;

25.7 O Licitante, intimado a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverá fazê-lo, no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital;

25.8 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

25.9 As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site do Município de Riqueza/SC.

25.10 Os casos não previstos neste Edital, e desde que não conflitem com as legislações pertinentes, serão decididos pelo Pregoeiro;

25.11 A Equipe de Apoio e o Pregoeiro dirimirão as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, nos prazos estabelecidos neste edital;

25.12 As informações deverão ser solicitadas diretamente no Departamento de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura Municipal de Riqueza, estando o Pregoeiro e Equipe de Apoio disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Riqueza, sito na Rua João Mari, n.º 55,;

25.13 Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos: 1) Anexo I – Proposta Comercial; Anexo II – Modelo de Credenciamento; Anexo III – Modelo de Declaração para habilitação; Anexo IV – Declaração de Emprego de Menores de Idade; Anexo V – Declaração de Idoneidade; Anexo VI Declaração de inexistência de servidor público deste Município em seu quadro societário; Anexo VII – Minuta da Ata de Registros de Preços;



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

25.14 Para conduzir a presente licitação ficam designados os servidores nomeados por Portaria do Exmo. Senhor Prefeito Municipal;

25.15 O presente Edital está condicionado as normas legais constantes na lei n.º 10.520/02 aplicando-se paralelamente a Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94 e em especial pelo contido neste Edital.

26. DO FORO

26.1 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação fica eleito o Foro da Comarca de Mondai com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

Riqueza, SC, 02 de janeiro de 2020.

RENALDO MUELLER
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020
ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA:			
ENDEREÇO:			
CNPJ:		IE:	
BANCO:			
AGÊNCIA:			
CONTA COR.			
E-MAIL			

Carimbo CNPJ

Apresentamos nossa proposta para prestação dos seguintes serviços:

Item	Unid	Descrição do Objeto	Quant	Valor Unitário	Valor total
01	km	transporte - ônibus com no mínimo 40 lugares com bagageiro, sanitário e ar-condicionado - serviços de transporte intermunicipal e interestadual de atletas e comissões para participação em competições esportivas, grupos folclóricos e culturais, educandos para visitas técnicas e intercâmbios, grupos de "idosos", equipes "técnicas" para visitação de feiras e exposições , para transporte de passageiros quando estes representarem o município de Riqueza em eventos oficiais - veículo com capacidade igual ou superior a 40 (quarenta) lugares - com previsão de execução anual de 5.000 km.	5.000		
02	km	transporte - ônibus/van com no mínimo 14 lugares e ar-condicionado - serviços de transporte intermunicipal e interestadual de atletas e comissões para participação em competições esportivas, grupos folclóricos e culturais, educandos para visitas técnicas e intercâmbios, grupos de "idosos", equipes "técnicas" para visitação de feiras e exposições e demais transporte de passageiros quando estes representarem o município de Riqueza em eventos oficiais - veículo com capacidade superior a 14 (quatorze) lugares - com previsão de execução anual de 4.000 km.	4.000		
TOTAL					

Valor total da proposta: R\$ ().



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 12 (doze) meses.
(Conforme Cláusula 6.1, alínea “d” do edital.)

_____, ____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura do
representante e carimbo



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Riqueza - SC, praticar os atos necessários com relação ao Processo Licitatório nº 63/2020, Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços nº 01/2020, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer está em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

_____, em ____ de _____ 2020.

Carimbo e Assinatura do Credenciante



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2020**, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020**, que atendemos plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na cláusula VI, do edital.

_____, em ____ de _____ 2020.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE

A empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, por intermediário de seu representante
legal o(a) Senhor(a) _____, portador da
carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para o
fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os
maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa/pessoa física _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de _____



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº/.....-....., com sede na, nº, bairro, Município de, Estado de, CEP-....., neste ato representada pelo Sr., (qualificação completa)....., residente e domiciliado na, nº, bairro, Município de, Estado de, CEP-....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

_____, em ____ de _____ 2020.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2020 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

ANEXO VII - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.....

Aos dias do mês de de 2020, o **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua João Mari, 55, inscrito no CNPJ sob n.º 95.988.309/0001-48, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Renaldo Mueller**, brasileiro, casado, agente político, inscrito CPF nº 526.329.119-15 e RG nº 1.658.176, residente e domiciliado na Avenida José Bressan, 2277, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP 89.895-000, em face da classificação das propostas de preços no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 01/2020 para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de Abertura e Julgamento do Processo Licitatório Nº 63/2020, a classificação das propostas de preços e o Decreto nº de de.....de 2020 , **RESOLVE registrar os preços** para à aquisição de serviço de transporte coletivo de passageiros, constantes no Processo Licitatório nº 63/2020; Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2020, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços dos FORNECEDORES abaixo indicados.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a à aquisição de serviço de transporte coletivo de passageiros intermunicipais e interestadual, sendo:

Fornecedor:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Representante Legal:						
RG:						
CPF:						
Endereço:						
<i>Item</i>	<i>Quant. estimada</i>	<i>Und.</i>	<i>Descrição do Objeto</i>	<i>Marca</i>	<i>Valor Unitário R\$</i>	<i>Valor Total R\$</i>

1.2 O pagamento será de acordo com a quantidade dos serviços prestados.

1.3 Os serviços deverão ser prestados nos locais estabelecidos, agendados e informados pelo responsável de cada Departamento no decorrer do período de vigência da ata de registro de preços, as despesas com deslocamento e demais despesas e encargos deverão estar inclusas no valor cotado;

1.4 Os Departamentos indicarão os locais a serem realizado o transporte e deverá ter **controle total** sobre os serviços prestados;

1.6 O Município de Riqueza não estará obrigado a adquirir a quantidade total estimada, podendo a aquisição ser integral, parcial ou mesmo não ocorrer na forma prevista no subitem



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS.

2.1 O MUNICÍPIO DE RIQUEZA pagará aos FORNECEDORES o valor unitário registrado por item, multiplicado pela quantidade solicitada e após recebimento definitivo, que constará da Ordem de serviço;

2.2 O Pagamento será efetuado em até trinta dias após apresentação de Nota Fiscal, que só será apresentada após a prestação dos serviços atestada pelo Departamento solicitante;

2.3 Se a nota fiscal for apresentada com erro, a mesma será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento

2.4 A presente **Ata de Registro de Preços** terá validade pelo prazo de **até 12 (doze) meses**, contado a partir de sua assinatura;

2.5 Os pagamentos e as despesas decorrentes da presente **Ata de Registro de Preços**, ocorrerão a conta dos seguintes elementos orçamentários:

ESPECIFICAÇÃO	
GABINETE DO PREFEITO	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Fonte de Recurso	Fonte 101 – Recursos Próprios
Fonte de Recurso	Fonte 172 - Recursos Estadual - Infantil
Fonte de Recurso	Fonte 172 –Trans. Estadual - Fundamental
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios – Fundo Assistência Social
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios – Fundo Infância e Adolescência
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios
SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Fonte de Recurso	Fonte 100 – Recursos Próprios
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIQUEZA	
Fonte de Recurso	Fonte 102 – Recursos Próprios
Fonte de Recurso	Fonte 164 –Atenção Básica

II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

3.3.90.39.74.00.00 – Fretes e Transportes de Encomendas

2.6 Os FORNECEDORES declaram ter examinado em detalhe a documentação objeto da presente **Ata de Registro de Preços** e possuir condições de executá-la dentro da melhor técnica e pelos preços apresentados.

CLÁUSULA TERCEIRA-DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

3.1 A empresa vencedora obriga-se a:

a) Prestar os serviços em estrita observância às disposições contidas no edital e na presente **Ata de Registro de Preços**;

b) Responsabilizar-se pelas despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando colocados a serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura;

c) Responder em relação a terceiros, pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei.

d) Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre a prestação dos serviços;



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

- e) Fornecer os serviços de acordo com as solicitações de cada Departamento;
- f) Fornecer os serviços no período solicitado pelo Departamento, conforme o recebimento da ordem de serviço que se dará por qualquer meio hábil a dar ciência de sua emissão;
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes no Edital e na presente **Ata de Registro de Preços**;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1 Uma vez firmada a contratação, o Município se obriga a:

- a) Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;
- b) Acompanhar e fiscalizar, através de cada Departamento solicitante o cumprimento do contrato a ser assinado com a(s) licitante(s) vencedora(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da(s) licitante(s) vencedora(s);
- c) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos no Edital e na presente **Ata de Registro de Preços**, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- d) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.2. Dentro do prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o FORNECEDOR será obrigado ao fornecimento do(s) serviço (s) desde que obedecidas as condições da Ordem de Serviço e Cronograma fornecido pelo Departamento solicitante, conforme previsão no Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços que precedeu a formalização desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive quanto ao fornecimento do percentual de acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), previsto na Lei nº 8.666/93.

5.3. O Município de Riqueza poderá promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a emissão de Ordem de serviço;

5.3.1 Serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados, que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados em pesquisa;

5.4. Caso fique constatado que o preço registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é superior aos preços de mercado, o Município de Riqueza solicitará ao FORNECEDOR, mediante correspondência, redução do preço de forma a adequá-lo aos praticados no mercado.

5.4.1 Não sendo possível a redução, o REGISTRO DE PREÇOS será cancelado, podendo ser convocados os demais LICITANTES, obedecendo à ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

5.5 Havendo redução de preço, o Município de Riqueza promoverá a divulgação da modificação do Registro, sendo considerado válido após publicação e enquanto permanecer compatível com o mercado ou até o prazo final de vigência da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

5.6 O inadimplemento de qualquer item do Edital, da Proposta e da presente ATA, ensejará, a critério do Município de Riqueza/SC, o cancelamento do Registro de Preços do



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

FORNECEDOR inadimplente, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Riqueza/SC, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e demais cominações legais.

6.2 A Contratada que inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará, ainda, sujeita ao pagamento de multa, nos termos previstos no Edital e na presente **Ata de Registro de Preços**;

6.2.1 O Município de Riqueza poderá aplicar ao Fornecedor multa por inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correspondente a até 20% (vinte por cento) do preço da Ordem Serviços do objeto contratado, descrito no subitem 1.1 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

6.3. Ao Fornecedor total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a execução dos serviços;
- b) Multa correspondente a 1,0% (um por cento) do preço da Ordem de Serviço, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do preço devido, sem prejuízo das demais sanções previstas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e no presente edital.
- c) Multa de acordo com o disposto no subitem 20.2.1 na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, com ou sem prejuízo para a aquisição;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o Município de Riqueza, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para a aquisição.

6.4 A aplicação das penalidades indicadas acima não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 No caso de haver procedimentos administrativo instaurado, a proponente participante poderá ser notificada através do endereço eletrônico fornecido para retirada de edital ou via correio com aviso de recebimento

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 O Registro de Preços poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Pelo Município de Riqueza/SC, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando;
- b) se o FORNECEDOR não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, Edital ou da Ordem de Serviço;
- c) se o FORNECEDOR não retirar a Ordem de Compra/Serviço no prazo estabelecido, e o Município de Riqueza/SC não aceitar sua justificativa;
- d) se o FORNECEDOR der causa a rescisão administrativa da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a critério Município de Riqueza/SC;
- e) se houver inexecução total ou parcial da ATA (ou instrumento equivalente) decorrente do Registro de Preços, se assim for decidido pelo Município de Riqueza/SC;



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

f) se os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR não aceitar reduzi-lo;

g) se houver motivo de interesse público devidamente demonstrados e justificados pelo Município de Riqueza/SC; e

h) se houver solicitação por escrito, e o FORNECEDOR comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (caso fortuito ou de força maior) e desde que aceitas as justificativas pelo Município de Riqueza/SC.

7.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste edital e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou outro meio que comprove o recebimento, juntando-se comprovante ao processo que deu origem ao Registro de Preços;

7.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Santa Catarina, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

7.4 A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da data do efetivo cancelamento, facultado ao Município de Riqueza/SC a aplicação das penalidades previstas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, caso não aceite as razões do pedido de cancelamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, conforme item 2.4 da presente **Ata de Registro de Preços**, contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;

8.2. A rescisão desta ATA poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

a) administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do Município de Riqueza/SC, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVII a XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do Município de Riqueza/SC, mediante aviso prévio, por escrito, de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão; e

c) judicialmente, nos termos da legislação.

8.4 Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito e alteração do Registro, obedecido os limites legais permitidos;

8.5 Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a esta **Ata de Registro de Preços**, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário; o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

8.6 Os casos omissos na presente **Ata de Registro de Preços**, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/02, complementada pela Lei Federal nº 8.666/93 e atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais normas pertinentes a matéria;

8.7 A presente será juntada aos autos do **Processo Licitatório nº 63/2020**, na modalidade de **Pregão Presencial - Registro de Preços nº 01/2020**, bem como, no mesmo, será registrado todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas;

8.8 Ficam fazendo parte integrante do presente, as cláusulas fixadas no **Processo Licitatório Nº 63/2020**, na modalidade de **Pregão Presencial - Registro de Preços nº 01/2020** independente de sua transcrição;



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações e Compras

8.9 O MUNICÍPIO rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o **Processo Licitatório N° 63/2020**, na modalidade de **Pregão Presencial - Registro de Preços n° 01/2020** e com a presente **Ata de Registro de Preços**;

8.10 Os casos de má qualidade ou defeito dos produtos serão acusados e regulados nos disposto a Lei 8.078, de 11/09/90, do Código de Proteção ao Consumidor;

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Mondai, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Riqueza, ___ de _____ de 2020.

RENALDO MUELLER
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome: